



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA - GERAL DE JUSTIÇA

Procedimento nº 01236.000.041/2017 — Gestão de Materiais, Patrimônio e Serviços

**ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2017  
CONTRATO Nº xx/2017**

O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, por intermédio da PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, órgão administrativo do MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, inscrito no CNPJ sob n.º 93.802.833/0001-57, com sede nesta Capital, na Rua General Andrade Neves, n.º 106, Centro, por seu representante legal, como CONTRATANTE, e ....., inscrita no CNPJ sob n.º xx.xxx.xxx/xxxx-xx, com sede em ..... /..., na ....., n.º ....., Bairro ....., CEP ....., telefone nº (xx) ....., email ....., neste ato representada por ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., inscrito(a) no CPF sob o nº ..... como CONTRATADA, celebram o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, em observância ao procedimento licitatório nº 01236.000.041/2017, realizado na modalidade Pregão Eletrônico, sob o nº .../2017, regido pelas Leis Estaduais nos 13.191/09 e 11.389/99, pelos Provimentos PGJ/RS nos 33/08 e 47/05, pela Lei Complementar nº 123/06 e, subsidiariamente, pelas Leis Federais nos 8.666/93 e 10.520/02 e pelo Provimento PGJ/RS nº 54/02, nos termos e condições abaixo:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para Switchs Cisco MDS9148, com número de série AMS14300812 e AMS14300821, pelo período de 36 meses, em observância às especificações do Edital e da proposta apresentada no processo licitatório que, independentemente de transcrição, integram este instrumento.

Documento elaborado por Joseane Ribeiro em 22/08/2017.

RUA ANDRADE NEVES, 106 20º ANDAR, Bairro CENTRO, CEP 90010210, Porto Alegre - RS  
Tel. (51) 32958073 ramal 8073 — E-mail juridico@mprs.mp.br

Documento assinado digitalmente · Chave: 6hBYPkvURhKGOtWdze3DGw@SGA\_TEMP · CRC: 16.1156.1208



## CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 Os serviços de suporte técnico e manutenção compreenderão serviços de atendimento *on-site*, pelo período de 36 (trinta e seis) meses e serão prestados nas dependências do CONTRATANTE, em Porto Alegre/RS, na sede institucional do Ministério Público RS – Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, n.º 80, 8º andar, no regime de 24 horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

2.2 O serviço de manutenção será solicitado à CONTRATADA mediante a abertura de chamado efetuado por técnicos do CONTRATANTE, por meio de telefone, *e-mail*, *fac-símile* e/ou *site web*, a qualquer hora do dia e em qualquer dia da semana (24x7).

2.3 A CONTRATADA deverá comunicar formalmente à Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação do CONTRATANTE, previamente e por escrito, as eventuais alterações dos meios utilizados para abertura de chamados.

2.4 O atendimento deverá ser prestado por técnico qualificado que seja certificado pelo fabricante dos produtos para executar atividades compatíveis com as exigidas.

2.5 Caberá aos técnicos do fabricante ou da empresa autorizada identificar os componentes, peças, materiais ou *softwares* responsáveis pelo mau funcionamento da solução.

2.6 A CONTRATADA deverá possuir técnicos, ferramentas, equipamentos, peças, componentes originais e quaisquer outros equipamentos necessários à boa execução dos serviços, bem como produtos ou materiais indispensáveis à limpeza, manutenção e conservação dos equipamentos.



2.7 Para a abertura dos chamados, a CONTRATANTE informará a prioridade do atendimento, que será enquadrado, conforme a urgência, dentro dos parâmetros 1, 2 ou 3, em conformidade com as especificações abaixo:

2.7.1 Atendimento de Nível de Prioridade 1: será de até 4h (quatro horas) para problemas que tenham impacto crítico para a CONTRATANTE, relacionados à utilização dos sistemas, ao acesso à *Internet*, à utilização de emails, e quando houver um número significativo de usuários do sistema e/ou da rede são incapazes de executar adequadamente as suas tarefas, e/ou o sistema e/ou a rede ficarem inoperantes ou severamente degradados.

2.7.2 Atendimento de Nível de Prioridade 2: será de até 8h (oito horas) para um problema que tenha um impacto para a CONTRATANTE, cuja severidade seja significativa e que possa ser de natureza repetitiva, comprometendo o funcionamento de sistema, de rede ou de produto.

2.7.3 Atendimento de Nível de Prioridade 3: será de até 24 (vinte e quatro horas) para um problema menor, que tem impacto desprezível para a CONTRATANTE, também, para respostas e perguntas e/ou consultas em geral.

2.8 Após a identificação do problema o tempo total para solução não será superior a:

- a) 4h (quatro horas) para problemas com Nível de Prioridade 1;
- b) 8h (oito horas) para problemas com Nível de Prioridade 2;
- c) 24h (quarenta e oito horas) para problemas com Nível de Prioridade 3.



2.9 A prestação dos serviços de manutenção corretiva dos equipamentos compreende os defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, desgaste prematuro, envolvendo, obrigatoriamente, a substituição de peças, inclusive de baterias.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO, PAGAMENTO E REAJUSTE**

3.1 O valor mensal do presente ajuste é de R\$ .....(.....).

3.2 O preço é considerado completo e abrange todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), fornecimento de mão de obra especializada, leis sociais, seguros, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada no Edital de Licitação.

3.3 O pagamento será realizado no 15º (décimo quinto) dia, após a protocolização da Nota Fiscal. O documento fiscal deverá ser apresentado mensalmente, no mês subsequente à prestação dos serviços ao servidor responsável pela fiscalização do contrato, para o e-mail: nf-agtic@mprs.mp.br ou para Assessoria de Governança – Rua Andrade Neves 106/ 13º andar, Bairro Centro, Porto Alegre /RS, telefone: (51) 3295.8198 que conferirá e atestará os serviços.

3.4 Haverá, se for o caso, a retenção de tributos na forma da legislação em vigor, devendo a Nota Fiscal destacar os valores correspondentes.

3.5 Por ocasião da quitação da fatura, e sempre que o gestor solicitar, a CONTRATADA deverá apresentar, para permitir a retenção do ISS, se for o caso, os seguintes documentos:



a) comprovante de cadastro no Município em favor do qual será recolhido o imposto;

b) legislação tributária do Município onde ocorrer o fato gerador do tributo, contendo a respectiva alíquota e base de cálculo de ISS.

3.5.1 Caso não seja possível atender ao disposto no item 3.4, por se tratar de contribuinte imune, isento ou dispensado do recolhimento de ISS, a CONTRATADA deverá comprovar tal característica especial mediante a apresentação de documento hábil.

3.6 O pagamento será efetuado por meio de depósito em conta corrente e todas as despesas decorrentes de impostos, taxas, contribuições ou outras, serão suportadas pela CONTRATADA

3.7 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

3.8 Transcorrido o período de 12 (doze) meses, a contar do mês da apresentação da proposta de preços, a CONTRATADA adquire o direito a ter seus preços reajustados anualmente.

3.8.1 O pedido de reajuste deverá ser formalizado pela CONTRATADA 01 (um) mês antes do transcurso dos 12 (doze) meses.



3.8.2 A Unidade Gestora, de posse da solicitação da CONTRATADA, abrirá negociação para a obtenção de preços mais vantajosos, visando ao alcance do interesse público.

3.8.3 A falta de manifestação da CONTRATADA no prazo implica renúncia ao direito de ter seus preços reajustados no que concerne àquele período, ficando mantidos os valores vigentes.

3.8.4 O índice a ser considerado é o IGP-M/FGV correspondente à variação no período, que terá como termo inicial o mês da apresentação da proposta de preços e como termo final o 12º mês.

3.9 Havendo erros ou omissões na documentação de pagamento, a CONTRATADA será notificada, com a exposição de todas as falhas verificadas, para que proceda as correções necessárias. Nesse caso, o prazo para efetivação do pagamento será interrompido, reiniciando a contagem no momento em que forem sanadas as irregularidades.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

O valor do presente contrato não pago na data aqui prevista deverá ser corrigido desde então até a data do efetivo pagamento, pelo IGP-M da FGV, ou por outro que venha a substituí-lo, *pro rata die*.

#### **CLÁUSULA QUINTA- DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

5.1 Dos Direitos:



5.1.1 Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste contrato nas condições avençadas e proceder a fiscalização e gerenciamento do contrato e, da CONTRATADA, receber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

## 5.2 Das Obrigações:

### 5.2.1 Constitui obrigação do CONTRATANTE:

a) efetuar o pagamento ajustado, nas condições e prazo estabelecidos, desde que devidamente cumpridas as obrigações pela CONTRATADA, o que deverá ser atestado pelo fiscal do contrato;

b) fornecer à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;

c) fiscalizar a execução do presente contrato

### 5.2.2 Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) prestar os serviços na forma ajustada e de acordo com as especificações no Termo de Referência;

b) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

c) assumir inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente contrato;



d) apresentar, durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação, em especial, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;

e) disponibilizar ao CONTRATANTE os meios de contato (telefone, "e-mail" e/ou site web), visando receber os chamados, bem como comunicar, previamente e por escrito, ao CONTRATANTE as eventuais alterações dos meios utilizados para abertura de chamados;

f) utilizar equipamentos, componentes ou peças de reposição novos e de primeiro uso na manutenção corretiva;

g) fornecer as atualizações corretivas e evolutivas dos *softwares*, de seus agentes e do *firmware* dos equipamentos fornecidos, bem como a instalação e atualização de firmwares;

h) manter atualizado durante toda a vigência contratual a legislação de que trata a letra "b" do item 3.5 da cláusula terceira do ajuste ou o documento comprobatório de que trata o subitem 3.5.1 da cláusula terceira do contrato;

i) não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avançados;

j) não subcontratar o objeto deste contrato, exceto se parcialmente, não relativamente ao objeto principal, mediante prévia anuência do CONTRATANTE e apresentação de toda documentação habilitatória exigida na licitação;





l) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

m) permitir a fiscalização pelo CONTRATANTE;

n) manter sigilo com relação às informações obtidas para implementação das obrigações assumidas;

o) os equipamentos a serem instalados e as peças eventualmente utilizadas devem ser constituídas, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 E 15448-2;

p) os equipamentos a serem instalados e as peças eventualmente utilizadas devem ser entregues acondicionadas em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, bem como menor impacto ambiental no descarte.

## **CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES**

6.1 Na forma do artigo 86 da Lei Federal nº 8.666/93, a CONTRATADA, garantida a prévia defesa, ficará sujeita à multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor mensal do contrato, por dia de atraso em que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, até o máximo de 20 (vinte) dias, sem prejuízo das demais penalidades previstas na mencionada Lei.

6.2 Na forma do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, o descumprimento total ou parcial das obrigações estabelecidas no Edital e neste Contrato, sujeitará a



CONTRATADA às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, mediante publicação no Diário Oficial:

a) advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;

b) multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo das demais penalidades legais;

c) suspensão do direito de participar de licitações e contratos com a Administração por até 2 (dois) anos; e

d) declaração de inidoneidade para contratar ou licitar com a Administração Pública Estadual.

6.3 A multa prevista acima dobrará em caso de reincidência, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual.

6.4 Na forma do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, caso a CONTRATADA, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciado no SICAF ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do artigo 4º da lei mencionada, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e neste contrato e das demais cominações legais.



### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO**

7.1 A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, previstos no artigo 77 da Lei Federal n.º 8.666/93, em caso de rescisão administrativa.

7.2 Poderão ser motivo de rescisão contratual as hipóteses elencadas no artigo 78 da Lei Federal n.º 8.666/93.

7.3 A rescisão poderá ser unilateral, amigável ou judicial, nos termos e condições previstos no artigo 79 da Lei Federal n.º 8.666/93.

### **CLÁUSULA OITAVA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

A gestão e fiscalização do contrato será exercida pela servidora Isabel Lucchesi, Coordenadora da Assessoria de Governança, e como substituto, pelo servidor Roni Martins Botelho, com endereço na Rua Andrade Neves, nº 106, 13º andar, Centro, Porto Alegre/RS, telefone: (51) 3295-8198, e-mail: agtic@mprs.mp.br

### **CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

O prazo de vigência deste ajuste é de 37 (trinta e sete) meses, a contar do dia útil seguinte ao de sua publicação resumida no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, podendo ser prorrogado até o limite legal.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas correrão por conta da Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3924.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA - GERAL DE JUSTIÇA

Procedimento nº 01236.000.041/2017 — Gestão de Materiais, Patrimônio e Serviços

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre, neste Estado, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pelo presente Contrato.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente em duas vias.

Porto Alegre,

Roberval da Silveira Marques,  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA,  
Contratante.

Xxxxxxxxxxxxxxxxxx,  
Xxxx  
Contratada.

Documento assinado digitalmente por (verificado em 30/08/2017 12:48:01):

Nome: **Marly de Barros Monteiro**  
Data: **30/08/2017 12:45:20 GMT-03:00**

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. A conferência de autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico: "<http://www.mprs.mp.br/autenticacao/documento>" informando a chave **6hBYPkvURhKGOtWdze3DGw@SGA\_TEMP** e o CRC **16.1156.1208**.

1/1